



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 59.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Renato Adur, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (29). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes e Sabino Campos (25).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 134/90

Curitiba, 06 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assem-

bléia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e Região.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 135/90

Curitiba, 06 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com o Município de Goioerê, objetivando a prestação de apoio financeiro para realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 136/90

Curitiba, 06 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, objetivando a manutenção e ampliação do "Projeto Indicadores Conjunturais da Indústria".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

MENSAGEM Nº 137/90

Curitiba, 06 de julho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná possa, nos termos da anexa minuta, celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Paraná, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área de meio ambiente.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Termo de Cooperação Técnica que entre si firmam a Universidade Federal do Paraná e o Estado do Paraná, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisas, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área de meio ambiente.

A Universidade Federal do Paraná, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Carlos Alberto Faraco e o Estado do Paraná, aqui representado pelo Governador Sr. Álvaro Dias, firmam o presente termo de Cooperação Técnica, visando assegurar o desenvolvimento de atividades conjuntas de formação, extensão e desenvolvimento, para as questões do meio ambiente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Atividades conjuntas de pesquisa, extensão e formação que integrem a questão ambiental às estratégias de desenvolvimento auto sustentado, através dos seguintes objetivos:

- 1 - Promoção de cursos de extensão;
- 2 - Desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares relativas ao ambiente;
- 3 - Programas de extensão envolvendo a UFPR e órgãos e entidades do Estado;
- 4 - Formação de técnicos para atuarem em políticas de planificação em desenvolvimento e meio ambiente;
- 5 - Respostas a problemas de meio ambiente, vinculados a projetos de estudos e pesquisas;
- 6 - Cursos específicos sobre educação ambiental dirigidos a professores da rede de ensino público do 1º e 2º graus.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Competências

1 - À Universidade compete:

- Prover os pesquisadores/professores das diferentes áreas de conhecimento, que se propõem a perceber a questão ambiental a partir de interdisciplinaridade.
- Possibilitar assessoria técnico-científica relativa a seus múltiplos campos de atividades na questão ambiental.
- Proceder à avaliação periódica dos resultados dos trabalhos desenvolvidos e de seu alcance e eficácia, junto às áreas em que os trabalhos forem efetivados.
- Sediá os Seminários, Cursos, Encontros, etc.
- Designar um coordenador que será responsável pela execução e acompanhamento do presente Termo.

2 - Ao Estado do Paraná compete:

- Envolver as seguintes Secretarias de Estado em trabalhos com a UFPR:
 - do Planejamento e Coordenação Geral.
 - do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.
 - da Agricultura e do Abastecimento.
 - da Educação.
 - da Cultura.
- Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e alguns de seus órgãos e entidades vinculados: IPARDES, IAPAR, ITCF, SUREHMA, SEMA, FAMEPAR e SUCEAM.
- Facilitar o acesso às informações, no que diz respeito às áreas de estudo a serem processadas.
- Participar, junto com a UFPR, no planejamento, execução e avaliação dos projetos de pesquisas/extensão e formação.
- Fornecer material a serviços destinados à divulgação dos trabalhos executados.
- Ceder seus técnicos para participarem de Seminários e Cursos de Extensão.
- Designar um coordenador que será responsável pela execução e acompanhamento do presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Vigência

O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, ou ser denunciado a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes convenientes mediante simples notificação de intenção de assim proceder, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - Das Despesas

Os recursos para o desenvolvimento dos projetos serão alocados pela UFPR e pelo Estado, dentro de suas possibilidades orçamentárias. Por outro lado, tanto a UFPR como o Estado poderão desenvolver ações isoladas ou conjuntas para obtenção dos recursos junto a órgãos públicos e entida-

des privadas.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Projetos

Para execução de qualquer projeto específico que atenda aos objetivos e as condições do presente Termo, serão assinados termos aditivos a UFPR e o Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA - Do Foro

Fica eleito o Foro da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir qualquer pendência decorrente deste Termo de Cooperação Técnica.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento, em cinco vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, de de 1.990.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

CARLOS ALBERTO FARACO

Reitor da Universidade Federal
do Paraná

MENSAGEM N° 138/90

Curitiba, 04 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização dos projetos constantes do Anexo à referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 139/90

Curitiba, 04 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, objetivando a realização dos projetos constantes do Anexo à referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 140/90

Curitiba, 04 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografias e Florestas - ITCF, alienar Antonio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade, o imóvel constante do lote n° 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 304,8499 hectares.

Cumprе esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n° 7.055, de 4 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das Matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo o que dispõe o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, já citado.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n° 830.954-0, de 25.05.1990.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 141/90

Curitiba, 10 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembleia Legislativa ao convênio, cuja cópia

segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 12 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná e a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 142/90

Curitiba, 16 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa augusta Casa de Leis, o incluso Convênio datado de 17 de julho de 1989, anteriormente, portanto, à promulgação da atual Constituição Estadual, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de Erva-Mate, bem como do manejo do Erval a ser implantado no Parque Histórico do Mate.

É também encaminhada, na forma do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, para fins de autorização dessa augusta Assembléia Legislativa, cópia de minuta de termo aditivo a ser firmado entre as mesmas partes, ao referido Convênio.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 143/90

Curitiba, 30 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos artigos 2° e 4°, da Lei n° 9.105, de 23 de outubro de 1989.

A Lei que se pretende alterar é a que dispõe, na forma de preceitos da Magna Carta Federal e da Constituição Estadual, sobre o limite de remuneração dos servidores civis ou militares, ativos e inativos, assim como de pensionistas da Administração direta e indireta do Poder Executivo.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta aos interesses da Administração, eis que

as alterações propostas são consideradas oportunas e necessárias, conforme demonstrações obtidas, através do acompanhamento da execução da referida Lei n° 9.105/89, onde se constata que tais disposições legais, em razão do lapso de tempo decorrido e de fatos novos, merecem as adaptações em referência.

Assim, com as alterações aos arts. 2° e 4° (da Lei 9.105/89), a matéria ficará melhor definida, além de elevar o valor do teto remuneratório do funcionalismo do Poder Executivo, hoje considerado defasado em relação a outros segmentos do serviço público.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os arts. 2° e 4°, da Lei n° 9.105 de 23 de outubro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - Para os efeitos dessa lei, deduzida a parcela de contribuição compulsória para entidades previdenciárias, será considerada remuneração do servidor o vencimento básico e demais vantagens percebidas a qualquer título, até o limite da remuneração de Secretário de Estado, excluídos:

I - diárias;

II - salário-família;

III - ajuda de custo;

IV - indenizações decorrentes de rescisão contratual de trabalho;

V - adicionais por tempo de serviço até 35% (trinta e cinco por cento);

VI - gratificações de chefia criadas por lei; e

VII - abono de férias.

Parágrafo Único - Os valores dos benefícios mencionados nos incisos V, VI e VII terão como limite para cálculo a remuneração de Secretário de Estado."

"Art. 4° - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado é composta do valor do respectivo vencimento básico, acrescido da gratificação de encargos especiais correspondente a 2.0 (dois ponto zero) daquele valor."

Art. 2° - O disposto na Lei n° 9.105/89, com as alterações desta lei, não se aplica às entidades a que se refere o art. 73, da Constituição Federal.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1990, ficando revogados os art. 3º, da Lei nº 9.161, de 20 de dezembro de 1989, e demais disposições em contrário.

Ofícios:

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
SGD-C/0728/90

Senhor Primeiro Secretário.

Pelo ofício nº 5722/90/DA/CEA/SC, Vossa Excelência nos encaminha cópia do requerimento em que o Deputado LUCIANO PIZZATTO solicita informações a respeito do programa de eletrificação desenvolvido nos municípios de Roncador, Manguieirinha, Chopinzinho, Pitanga, Castro, Morretes e Guarapuava, com a participação do ITCF, das prefeituras locais e da COPEL.

Em resposta, cumpre-nos esclarecer o que se segue:

1. Esse programa de eletrificação rural decorre de convênio firmado entre o MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e o Governo Estadual para implementação do assentamento de trabalhadores rurais em cumprimento ao plano de reforma agrária do Estado do Paraná.

2. Através do referido programa esta Companhia executou ampliações de rede de distribuição rural nos diversos municípios, o que possibilitou o atendimento de 372 propriedades rurais de agricultores assentados, conforme relação abaixo, beneficiando um total de 2.417 pessoas.

MUNICÍPIO	REGIÃO	PROPRIED.
Roncador	Can Can	13
Castro	Três Pinheiros	36
Pitanga	Araguai I e II	223
Chopinzinho	Nova Conquista	4
Manguieirinha	Vitória da União do Paraná	59
Guarapuava	São João Batista	7
Morretes	Nhundiaquara	30
		372

3. Dos custos das obras o MIRAD participou com 50% (os valores correspondentes foram repassados a esta Companhia pelas Prefeituras, que, por sua vez, os receberam do ITCF mediante convênio), tendo a COPEL arcado com os 50% restantes.

Com as expressões de nossa consideração e apreço, subscrevemo-nos

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE
Diretor Presidente

OFÍCIO Nº 102/90/GLPDS

Curitiba, 12 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Pelo presente tenho a honra em me dirigir a Vossa Excelência, com a finalidade de comunicar a esta augusta Casa de Leis,

que a partir da presente data estou reassumindo meu cargo de Deputado Estadual, do qual estive licenciado para tratamento de saúde, conforme requerimento aprovado em Sessão Plenária no dia 26 de março do corrente.

Certo de poder contar com suas imediatas providências, valho-me da oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

OFÍCIOS

Sob o nº 747/90-DL, do Senhor Vereador JORGE BERNARDI - Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia do requerimento nº 3575/90, de iniciativa do Vereador JORGE MIGUEL SAMEK, subscrito pelos Vereadores SILVIO MIRANDA, JOÃO C. DE-ROSSO, FLORISVALDO FIER, ANGELO VANHONI e NELLY ALMEIDA, deferido por aquele legislativo, através do qual os ilustres Edis registraram nos Anais da Casa o lastimoso episódio, ocorrido no Município de Foz do Iguaçu, dia 28 de maio de 1990, quando professores da rede estadual de ensino foram brutalmente reprimidos pela polícia militar, repudiando as atitudes na forma que especifica.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1324/90-SCE, do Senhor Ministro WASHINGTON BOLIVAR DE BRITO - Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que em face da queixa-crime intentada por ZEFERINO MOZATTO KRUKOSKI e Outros contra o Governador ÁLVARO FERNANDES DIAS, solicita que, na consonância com o art. 89 da Constituição Estadual, submeta a esta colenda Assembléia a acusação de que se trata, conforme despacho do Senhor Ministro BUENO DE SOUZA - Relator.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/181/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 300/89, tendo o veto incidido sobre seu art. 2º, que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/185/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 349/88, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/208/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 045/90,

em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/211/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 188/89, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/212/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 204/90, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/213/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 332/90, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/215/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei n° 335/90, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/216/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 282/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/222/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei Complementar n° 377/89, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/177/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 104/90, em razão de motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n.ºs DTL/SAT/178, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 214, 217, 218 e 219/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

352/90: De autoria do Tribunal de Justiça, que altera os dispositivos que especifica da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.309.

Anote-se. Arquite-se.

169/86: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de IRACEMA DO OESTE, desmembrado do Município de Formosa

do Oeste e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.310.

Anote-se. Arquite-se.

276/90: De autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que cria o Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, desmembrado do Município de Goioerê e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.311.

Anote-se. Arquite-se.

328/90: De autoria da Procuradoria Geral do Estado, que reajusta em 3,29% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.314.

Anote-se. Arquite-se.

110/90: De autoria do Tribunal de Justiça, que cria no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, os cargos de provimento em comissão que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.313.

Anote-se. Arquite-se.

330/89: De autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que institui a Semana do Voluntariado Paranaense, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.315.

Anote-se. Arquite-se.

159/89: De autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guarniaçu e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.316.

Anote-se. Arquite-se.

223/89: De autoria do Deputado BASILIO ZANUSSI, que doa a data de terras que especifica ao Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.317.

Anote-se. Arquite-se.

326/90: De autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que cria o Município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.318.

Anote-se. Arquite-se.

20/89: De autoria do Deputado ARTAGÃO MATOS LEO, que cria o Município de SANTA MARIA DO OESTE, desmembrado do Município de Pitanga e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.320.

Anote-se. Arquite-se.

127/90: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação da área que especifica, doada pelo Estado ao Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo

Redentor, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.321.

Anote-se. Arquivo-se.

070/89: De autoria do Deputado ANTONIO AN-NIBELLI, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural, com sede e foro na cidade de Cerro Azul, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.322.

Anote-se. Arquivo-se.

161/89: De autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.323.

Anote-se. Arquivo-se.

237/90: De autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga - Ensino de 1° grau, com sede e foro no Distrito de Vila Emiliano Pernetá, Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.324.

Anote-se. Arquivo-se.

248/89: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de ARY BORBA CARNEIRO, o trecho da Rodovia que liga o Município de Cândido de Abreu ao de Grandes Rios, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.325.

Anote-se. Arquivo-se.

280/90: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Florença e localidade vizinhas, com sede e foro no Município de Colombo/PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.326.

Anote-se. Arquivo-se.

294/89: De autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio Rural Manoel Pena, com sede e foro na cidade de Capanema, Estado do Paraná, à Avenida Espírito Santo, n° 1.045, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.327.

Anote-se. Arquivo-se.

296/90: De autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a Guarda Mirim, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.328.

Anote-se. Arquivo-se.

297/90: De autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade, com sede no Municí-

pio de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.329.

Anote-se. Arquivo-se.

298/90: De autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.330.

Anote-se. Arquivo-se.

320/90: De autoria do Deputado ANTONIO AN-NIBELLI, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comunidade de Vida Nova, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.331.

Anote-se. Arquivo-se.

322/90: De autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor ANDRÉ ZACHAROW, tendo em vista os seus relevantes serviços prestados à coletividade, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.332.

Anote-se. Arquivo-se.

354/89: De autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de utilidade pública a Legião da Fraternidade, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.333.

Anote-se. Arquivo-se.

390/89: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.334.

Anote-se. Arquivo-se.

044/90: De autoria do Deputado JOAO ARRUDA, que denomina RICIERI CELLA a Rodovia PR-475, ligando os Municípios de Francisco Beltrão a Verê, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.335.

Anote-se. Arquivo-se.

335/89: De autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de SÃO PEDRO DO IGUAÇU, desmembrado do Município de Toledo e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.336.

Anote-se. Arquivo-se.

361/90: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos vigentes orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.337.

Anote-se. Arquivo-se.

362/90: Do PODER EXECUTIVO, que reestima para Cr\$ 135.925.576.193,00 (cento e trinta e cinco bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e noventa e três cruzeiros) as receitas de recolhimento centralizado prevista na Lei n° 9.173, de 27.12.89 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.338.

Anote-se. Arquite-se.

305/90: De autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.339.

Anote-se. Arquite-se.

334/90: De autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que inclui no anexo II da Lei n° 9.279, de 29.05.90, código 8800.16885371.091 da Secretaria de Estado dos Transportes, o trecho BR-476 - São Cristóvão, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.340.

Anote-se. Arquite-se.

403/89: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de PONTAL DO PARANÁ, desmembrado do Município de Paranaguá e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.342.

Anote-se. Arquite-se.

221/90: De autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Servidores das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.344.

Anote-se. Arquite-se.

269/85: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de CAPEZAL DO SUL, desmembrado do Município de Iporã, e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.345.

Anote-se. Arquite-se.

302/89: De autoria do Deputado RENATO ADUR, que faculta a matrícula antecipada em classe de 1.ª série regular do 1º grau, de crianças que vierem a completar 6 anos de idade até o final do ano letivo da matrícula, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.346.

Anote-se. Arquite-se.

Sob o n° 692/90, do Senhor JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Projeto de Lei Orgânica, acompanhado do Projeto de Lei do Quadro de Pessoal, ambos daquele Tribunal, objetivando instrumenta-

lizar esta Instituição Fiscalizadora de Contas de todo um conjunto jurídico e técnico, em face do elenco de novas e desafiadoras atribuições que lhe foram cometidas pela Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 757/90, do Senhor JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando protocolado sob n° 4677/90-TC, para apreciação, conforme preceitua o art. 54, inciso XIX, da Constituição Estadual, referente a Prestação de Contas daquele Tribunal, referente ao exercício financeiro de 1989.

Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.ºs DTL/220, 221 e 225/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs 294/90, 359/90 e 030/90, por motivos expostos.

À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n.ºs DTL/SAT/223, 224 e 226/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

321/90: De autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Mallet o imóvel que especifica, situado no Distrito de DORIZON, naquele Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.347.

Anote-se. Arquite-se.

214/90: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de TAMARANA, desmembrado do Município de Londrina e limites que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.348.

Anote-se. Arquite-se.

049/90: De autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispõe que nos edifícios novos, destinados a Fóruns, serão reservados à Ordem dos Advogados do Brasil, e à Defensoria Pública, dependências para uso dos Advogados no exercício da atividade profissional e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.349.

Anote-se. Arquite-se.

Sob o n° DAF/168/90, do Senhor JOSÉ CARLOS SENDEN JÚNIOR - Presidente em exercício da FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, devido a importância a ferrovia que vai ligar Guarapuava-Cascavel-Guaíra, e sendo uma obra fundamental para o futuro desenvolvimento econômico do Estado, é que solicito a Vossa Excelência, que sempre deu apoio irrestrito ao projeto e tem sido um dos grandes incentivadores

desta empresa, que conclame os Senhores Deputados, independente de cores partidárias, para unirem-se em torno do projeto que é, em última análise, aspiração muito antiga de grande parcela do povo paranaense.

Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por meio deste, na qualidade de líder do P.S.D.B., comunicar a Vossa Excelência que a partir desta data o Deputado José Rogério de Carvalho, membro indicado para a C.P.I. na área fazendária do Estado, será substituído pelo Deputado HERMAS BRANDÃO.

Sem mais para o momento, reiteramos nossos votos de alta estima e elevada consideração.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do P.S.D.B.

Requerimentos:

REQUERIMENTO DE N° 1853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei Complementar n° 386/90, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 126/90, que dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como símbolos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 012/90, que autoriza a realização de um plebiscito na localidade de Água Quente dos Domingues, município de Rebouças, Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1861

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 348/90, que declara de Utilidade Pública a Sociedade "Amigos do Seminário", com sede e foro no Município de Medianeira.

Requer-se, ainda, que a Assembléia seja constituída em COMISSÃO GERAL DE PLENÁ-

RIO para apreciar e dar parecer à referida proposição.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO N° 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n° 081/90.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a retirada do Projeto de Lei n° 303/90, da Ordem do Dia, por 30 (trinta) sessões.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, com a transformação desta Assembléia em Comissão Geral a fim de emitir pareceres, dos Projetos de Lei n°s 383/90, que objetiva a estadualização da CEASA, 393/90, que dá nova redação aos artigos 2° e 4° da Lei n° 9.105 (aumento do redutor salarial) e do Projeto de Resolução n° 48/90, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Santa Lúcia, a fim de emancipá-lo do Município de Capane-ma.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1883

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência para expor e afinal requerer o que segue:

Na forma constitucional, o Poder Executivo remeteu a Assembléia Legislativa, mensagem n° 85/90, de 11 de abril de 1990, contendo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi transformado no Projeto de Lei n° 219/90 do Poder Legislativo.

Embora tenha sido encaminhado dentro do prazo legal a esta Assembléia, até a presente data o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias não foi à votação.

Em primeiro de julho do corrente, a Assembléia Legislativa entrou em recesso sem que tenha sido discutido e votado o referido projeto.

O artigo 22, inciso II das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná determina:

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 22

I ...

II - "O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS SERÁ ENCAMINHADO ATÉ OITO MESES E MEIO ANTES DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E DEVOLVIDO PARA SANÇÃO ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO DA SESSÃO LEGISLATIVA;"

Diante disso, em respeito ao mandamento Constitucional, REQUER a Vossa Excelência que determine a inclusão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1.848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral na próxima sessão que houver, às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 381/90, que acrescenta parágrafo ao artigo 37 da Lei n° 8933/89 (Lei do ICMS - Sistema de Transporte Ferroviário).

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1.864

Curitiba, segunda, em 06.08.90

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 360/90, que regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, na sessão do dia 07 de agosto de 1990, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1.835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 278/90, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Cecília Meireles, em Tupãssi.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 1.821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para o próximo dia 02 de agosto de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 052/90.

O Projeto de Resolução acima e é autoria do Deputado que assina o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para o próximo dia 02 de agosto de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 051/90.

O Projeto de Resolução acima é de autoria do Deputado que assina o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1.819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para o próximo dia 02 de agosto de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 054/90.

O Projeto de Resolução acima é de autoria do Deputado que assina o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1.815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 035 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para o próximo dia de agosto de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 190/90, que declara de utilidade pública a Sociedade Maria de Nazaré, com sede e foro nesta Capital.

O projeto de lei acima enumerado é de autoria do Deputado que assina o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 388/90, em tramitação, que concede a Sra. Marlene Betetz Zielonka, viúva do ex-Prefeito Municipal de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos).

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 207/90, de minha autoria, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de VILA BRANCA, desmembrado do Município de Cerro Azul, com sede na loca-

lidade de Varzeão e com as divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 05.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, no dia 07 de agosto do corrente ano, às 14:30 horas, para apreciação o parecer ao Projeto de Lei n° 379/90, que declara de Utilidade Pública a CRECHE JESUS CRIANÇA, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(A) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação da Mensagem Governamental n° 117/90, que concede pensão mensal a MARIA RODRIGUES DA SILVA, viúva do ex-Prefeito do município de Jardim Alegre, José Lopes da Silva.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia de agosto de 1990, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 268/89, que declara de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ATENAS II, com sede e foro nesta Capital.

O projeto de lei acima enumerado é de autoria do Deputado que assina o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei Complementar n° 386/90, de autoria do Poder Executivo,

Mensagem n° 126/90, que dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como símbolos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 353/90, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO PARANÁ - CEXPAR.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1830

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA PINTO, ocorrido no último dia 29 do mês de julho do corrente, na cidade de Campo Mourão.

Este homem, com a sua partida do nosso convívio, deixa-nos um legado de saudade e exemplo de vida a ser seguido. Sêrio, honesto, persistente e sempre pronto a estender a mão a quem quer que o procurasse, fica agora entre nós apenas a imagem deste grande líder e pioneiro, que tanto ajudou para o desenvolvimento daquele município que ele viu crescer.

Requer ainda, que do presente seja dada ciência à família do homenageado, na Livraria Roma, rua Brasil, 850, Campo Mourão - PR, CEP 87300.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador de Mandirituba, ACIR MIRANDA.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Sra. ELISA COLLA PADUAN, ocorrido no último dia 04.08.90,

na cidade de Pato Branco, esposa do Prefeito Clóvis Paduan.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 1860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LINOS NEDEL, ocorrido no mês de julho próximo passado.

Requer ainda que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, à Avenida Marginal n° 10, Município de Colombo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 1839

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da pranteada Sra. LUÍZA REFFO MULLER, ocorrido nesta Capital, no dia 17 de julho último.

Dona Luíza, pertencente a uma tradicional família paranaense, era casada com o Sr. Eduardo Muller Júnior, prestante cidadão curitibano que, aos seus 82 anos, é um dos expoentes da tradição de gravadores em metal em nossa terra. Dona Luíza, falecida aos 78 anos, após uma proveitosa existência, deixa uma única filha, a Sra. Elcy Muller Faria. Deixa ainda netos e bisnetos.

Pelos seus merecimentos durante a existência e pela sua inata bondade cristã, a cidadã desaparecida fez-se credora da estima geral de quantos privaram da sua amizade: o que justifica à plenitude este registro póstumo da Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. EDIO TONOLE.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

EDIO TONOLE, advogado, professor do SENAC e funcionário aposentado do Banco do Brasil, dignificou ainda mais a humanidade

com sua mensagem de trabalho e paz, deixando viúva a Sra. Maurina Tonole, genros, filhos e netos, além de grande número de amigos e ex-alunos. Enlutou a tradicional família catarinense.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Tonole, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1843

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a inscrição nos Anais, de um voto de congratulações ao CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, na pessoa do seu Presidente, José Carlos Farinhaque, pela conquista do título de Campeão Estadual de Futebol da temporada de 1990.

A conquista desse troféu esportivo assinala o excelente nível da equipe de jogadores e o ótimo trabalho de coordenação dos diretores do Atlético, sustentados por uma torcida vigorosa, realçando os padrões esportivos de nossa terra.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pela passagem do primeiro aniversário do "Jornal de Londrina", ocorrido em 31.07.90.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência através de correspondência enviada à Av. Arthur Thomas, 233 - Londrina - PR, às seguintes pessoas:

- Ezaro Medina Fabiano - Pres. Jornal de Londrina.

- Kouchi Yui - Vice-Pres. Jornal de Londrina.

- Alceu Malucelli Jr. - Secretário.

- Luiz Carlos Lorencetti - Editor Chefe.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Egrégia Casa, um Voto de Congratulações para o Dr. Celso Henke Camargo, pela sua investidura como superintendente da Caixa Econômica Federal, em Curitiba, que tomou posse em 07 de Junho passado.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja comunicado ao mencionado

Senhor, na sede da Caixa Econômica Federal, à Praça Carlos Gomes, 195, nesta Cidade.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LEÓNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 1824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis pela passagem, no dia 25.07.90, do seu 30° aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Neuri Roque Rossetti Gehlen, ao Vice-Prefeito, Nadir Ferreira e a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná cumprimentem a laboriosa população do Município de Mariópolis.

Sala das Sessões, 06.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 25 de julho último, o Município de Mariópolis comemorou festivamente a passagem do seu 30° aniversário de fundação.

Criado pela Lei n. 4.245 de 25 julho de 1960, Mariópolis é hoje uma cidade que vem crescendo dia a dia apresentando um considerável desenvolvimento industrial, comercial e agrícola.

Portanto, foi com grande júbilo que a população de Mariópolis comemorou o 30° aniversário de seu Município. A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo de Mariópolis já conquistou com muita dedicação e esforço, destacando-se o trabalho que o atual Prefeito Neuri Roque Rossetti Gehlen vem desenvolvendo com uma administração honesta e segura, assim como o de seus antecessores que também procuraram dar o melhor de seus esforços em favor de sua gente trabalhadora dão prova de que só com muito trabalho as esperanças se tornam realidade.

Nesta data tão significativa, toda a população de Mariópolis é credora de nossa homenagem e do nosso reconhecimento.

REQUERIMENTO N° 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alberto Bacarin, Superintendente da SUREHMA, no sentido de determinar a transferência, para outro local, do Depósito de Lixo da Prefeitura Municipal de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O atual Depósito de Lixo da Prefeitura Municipal de Rio Negro localizado nas proximidades do Rio Passa Três, o qual já está totalmente poluído e deságua no Rio Negro, a cada dia que passa torna calamitosa a situação dos moradores daquela região ribeirinha.

O elevado índice de poluição vem comprometendo seriamente o meio ambiente daquela região.

Diariamente pode-se notar grande número de animais que se servem das águas dos mencionados rios e tombam sem vida; assim, como o risco que correm, as pessoas que fazem parte daquela comunidade, em contrair epidemias.

É muito importante a preservação de nossos rios, porém, com suas águas límpidas e cristalinas e, não poluídas.

Portanto, se faz urgente a necessidade de transferência do referido depósito para outro local que não comprometa a saúde da população.

REQUERIMENTO N° 1825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador Neto, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar o recapeamento da PR-281, no trecho Mangueirinha a Três Pinheiros.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

80% são caminhões pesados, que circulam diariamente pela Rodovia PR-281, transportando a produção da região.

Estamos assistindo o agravamento do problema pela deterioração do asfalto daquela rodovia de alto volume de tráfego com veículos pesados cortando a região. Em alguns trechos a travessia é quase impossível dado a grande quantidade de crateras que se formam no asfalto.

Esses dados são uma pequena mostra que por si justifica esta solicitação no sentido de ser agilizada a retomada do recapeamento asfáltico da PR-281, cuja estrada é principal ligação da região com os demais centros.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo que representa para a economia do Estado a Rodovia PR-281.

REQUERIMENTO N° 1834

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a quem está afeto o

"Programa Paraná Rural", solicitando as seguintes informações:

I - Quais os municípios que foram beneficiados com o repasse de numerário do "Programa Paraná Rural"?

II - Qual o valor do repasse para cada município, e em quantas parcelas, com as respectivas datas?

III - Quais as obras, em cada município, que estão vinculadas ao referido repasse? (nominar as obras e os municípios).

IV - Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encarregado pelo "Programa Paraná Rural", para que prestem informações sobre o Requerimento, dentro do prazo legal.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

Apoiamento:

Raul Lopes, Antônio Annibelli, Tadeu Lúcio Machado, Rubens Bueno e Hermas Brandão.

REQUERIMENTO N° 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Líderes de todos os Partidos com Representação no Congresso Nacional e aos Congressistas Paranaenses solicitando-lhes a derrubada do veto aposto pelo Presidente Collor a Política Salarial que foi aprovada pelo Congresso Nacional durante o mês de julho e que foi vetada pelo Presidente da República, tornando ainda mais difícil a situação dos trabalhadores brasileiros que estão com seus salários altamente defasados e que terão esta situação agravada pela política de arrocho salarial que o Governo Federal quer implantar ainda com mais vigor ao vetar a Lei Salarial aprovada pelo Congresso Nacional e, Requer, ainda seja dada ciência do presente a todas as Federações e Sindicatos de Trabalhadores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1831

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, ao Presidente da Caixa Econômica Federal (Chefia de Gabinete), solicitando o envio das "Especificações das exigências necessárias para se abrir uma casa lotérica".

Sala das Sessões, 06.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição fundamenta-se no fato de estarmos recebendo pedidos versando sobre este assunto de diversos municípios interessados na abertura das referidas casas lotéricas.

Face ao exposto, ficamos no aguardo de tais informações.

REQUERIMENTO N° 1833

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando providências urgente no tocante a complementação da ponte (9 metros), localizada no trecho Quinta do Sol - Irapuã - Mandejuba, sobre o Rio do Leão.

Sala das Sessões, 06.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1827

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual do Paraná, pede à egrégia Assembléia, que faça saber ao Governo Federal, na pessoa do Senhor Ministro da Infra-Estrutura Osires Silva, e ao Governo Estadual, na pessoa do Senhor Governador e do seu Secretário de Estado para os Negócios dos Transportes, da aflição do povo do Paraná e dos brasileiros que usam as rodovias federais BR-277, BR-376 e BR-116, no território deste Estado, com o precário - e deplorável - estado destas vias de transportes, que, em muitos trechos, estão quase que por completo desaparecidas e intransitáveis.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Houve recente liberação de recursos para melhorias na BR-116 e na BR-101, no Nordeste do país.

O trecho da BR-277, entre Guarapuava e Laranjeiras do Sul, praticamente desapareceu.

O trecho da BR-376, entre Curitiba e Joinville, é dos mais inseguros do país.

O trecho da BR-116, entre Curitiba e São Paulo, e Curitiba e Porto Alegre, rivaliza com os dois outros citados no título de "Rodovia da Morte".

Seguem manifestos distribuídos ao povo da região por este Deputado, bem como, abaixo-assinado com firmas de usuários-contribuintes destes trechos críticos.

REQUERIMENTO N° 1832

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para se iniciar o asfaltamento do trecho compreendido entre Quinta do Sol - Irapuã - Mandejuba.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A ligação asfáltica que se pretende viabilizar, envolve uma região onde a predominância agrícola é o principal fator de sustentação, portanto, facilitar o tráfego nesta área constitui-se prioridade ao governo estadual, daí o reclamo daquelas comunidades.

Ciente da sensibilidade do Poder Público e certo de que mereceremos os devidos cuidados, ficamos no aguardo de um breve parecer.

REQUERIMENTO N° 1878

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao Ministro de Estado da Infra-Estrutura, Oziures Silva, aos Líderes Partidários no Congresso Nacional, Senadores e Deputados Federais do Paraná, pedindo apoio e intercessão junto aos órgãos federais pela liberação de recursos para viabilização do contorno leste de Curitiba, como forma de solucionar o problema gerado pela BR-116 - Este caminho da morte, inserto em nossa cidade.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É realmente um crime o que o Governo Federal vem fazendo com o Paraná, em especial Curitiba, mantendo a BR-116 dividindo Curitiba em duas partes. O fluxo de veículos que transitam pela BR, no perímetro urbano, vem gerando grandes transtornos. E a via não possui, neste trecho, número suficiente de passarelas, viadutos ou trincheiras que unam as duas partes e ofereçam segurança à população.

O número de acidentes ocorridos nos últimos 18 meses, dentro da área correspondente ao contorno leste é alarmante. São 1.053 acidentes, dos quais tivemos um índice de 608 feridos, 59 mortes, 2.004 veículos envolvidos e 140 atropelamentos. E estes dados não revelam totalmente a realidade, pois há os casos das pessoas que morrem nos hospitais ou que ficam inválidas em decorrência dos acidentes na

BR.

Há quase duas décadas, a comunidade curitibana vem cobrando uma solução para o problema da BR-116. Até agora nada foi resolvido e o problema vem se agravando.

O contorno Leste de Curitiba já foi planejado há treze anos e o projeto inicial previa o desvio dos veículos nas proximidades de Quatro Barras, indo até a BR-277, passando pela BR-376 e retornando a BR-116, na altura do Bairro Pinheirinho, num total de 41.883 m, retirando o tráfego pesado do perímetro urbano. Mais uma vez, o Governo Federal deixa o Paraná num segundo plano. Nossas estradas estão abandonadas e as autoridades não estão dando a devida atenção para os nossos problemas. As obras do contorno Leste já foram paralisadas por três vezes, num desperdício de recursos numa época em que se fala tanto em eliminação de desperdícios.

Se o Governo cumpre suas obrigações internacionais, está na hora de cumprir também as nacionais. O contorno Leste já foi planejado, já teve comprovada a sua necessidade e resta agora esperar que o Governo Federal cumpra esta dívida para com a comunidade, executando esta tão esperada obra. Para isto, estamos mobilizando toda a população e a classe política, numa luta supra e partidária, para que consigamos atingir nosso objetivo, com a execução das obras do contorno Leste de Curitiba.

A inexistência de uma atenção maior para com este problema, revela a indiferença de nossas autoridades diante das inúmeras vidas ceifadas, ano-a-ano, naquela estrada. São curitibanos que desafiam a morte ao atravessar uma simples rua, para ir às compras, à Escola, ao Clube, à Igreja.

Diante desta realidade e da inquestionável necessidade de pensarmos a cidade, o futuro, a vida da nossa população, confiamos nos nobres representantes congressistas, de consciência imorredoura, por quanto ainda perecermos pela falta de execução de um novo traçado para a região leste da nossa capital. Eis que se trata, nitidamente, de um compromisso com a vida do povo do Paraná.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores à Câmara Municipal de Curitiba e ao Senhor Prefeito, Arq. Jaime Lerner.

REQUERIMENTO N° 1844

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, requerem nos termos do artigo 54 inciso XXI da Constituição Estadual, CCO § 3° do Art. 131 do Regimento Interno, esclarecimentos ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde: Manoel Antonio Almeida Ne-

to, sobre as formas pela qual estão sendo transferidos os recursos que tratam os ofícios constantes no Diário Oficial do Estado n. 3.318/90 de 31.07.90.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O retorno das prerrogativas parlamentares está inserido na Constituição a nível Federal e também como não podia deixar de ser na Constituição Estadual, e tem sido saudado como fundamental para a efetivação do Estado de direito democrático. No período autoritário, o Poder Executivo foi praticamente investido no ramo decisório de poder político. O Congresso Federal já vem recuperando sua capacidade de intervenção nas decisões dos atos públicos; a Assembléia Legislativa do Paraná em respeito ao artigo 54 da Constituição do Estado, vem restaurando sua efetiva e eficaz participação no resguardo das coisas de direito do Poder Público.

Uma das fórmulas para subtrair o estado de direito do Poder Legislativo era a falta de controle sobre os atos públicos firmados entre instituições diversas e o Poder Executivo sob a forma de convênios, remetidos posteriormente à Assembléia, invocando-se para isto simplesmente o motivo de urgência.

Com a retomada das prerrogativas parlamentares, objetiva-se assegurar a ampliação da fiscalização legislativa dos atos governamentais "ex quo ante", isto é, antes da ocorrência do ato, para evitar possíveis danos ao erário, evitando-se a burla ao exercício de controle do legislativo, caracterizada pelos seguidos pedidos de mera ratificação "ex post facto".

REQUERIMENTO N° 1854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que seja enviada, com a máxima urgência, a este Poder Legislativo, mensagem regulamentando o disposto no artigo 37 e seus parágrafos da Constituição Estadual, no que respeita ao dispositivo que faculta ao servidor eleito para direção de sindicato ou associação de classe, o afastamento de seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional.

Considerando que o dispositivo constitucional em questão depende de lei específica que regulamente sua aplicabilidade, queremos crer que a iniciativa, tomada agora pelo Governo do Estado, viria solucionar os impasses que vêm sendo verificados em diversos órgãos da administração,

com resultados positivos no que respeita à organização dos serviços.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 085/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Palmas, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na confluência do Rio Iguaçu com o Rio Butiá, seguindo pelo Rio Butiá até encontrar o Rio Rancho Grande, segue pelo Rio Rancho Grande até encontrar o Rio Chopin, seguindo pelo Rio Chopin até encontrar o Córrego Manchorra, segue pelo Córrego Manchorra até encontrar o Córrego de Pouso Feio, segue pelo córrego Pouso Feio a divisa intermunicipal com Bituruna até encontrar o Rio Iguaçu, segue pelo Rio Iguaçu até encontrar o ponto de partida na confluência do Butiá".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 086/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Vila Branca, com sede na localidade de Varzeão e com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Itapirapuã na divisa com o Estado de São Paulo, seguindo pelo Rio Itapirapuã até encontrar o Rio Ribeira na divisa distrital entre Cerro Azul e o Distrito de Varzeão, segue pelo Rio Ribeira, até encontrar o Rio Turvo, seguindo pelo Rio Turvo até a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Castro, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Piraí do Sul, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Jaguariaíva, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Sengés, seguindo por esta divisa até encontrar o ponto de partida, o Rio Itapira-

puã.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 87/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, tendo em vista a Lei n° 9236, de 30.04.90, que cria o Município de TUNAS, no Município de Bocaiúva do Sul, com as seguintes divisas e confrontações:

"Com o Município de Bocaiúva do Sul: começa no rio Pardo, na foz do rio Uberaba, por este acima e depois pelo rio Putunã, até sua cabeceira, alcançar a Serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do município de Cerro Azul; com o Município de Cerro Azul: da serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor de águas que afluem, de um lado para o rio Ponta Grossa e ribeirão Mato Preto e, de outro, para o ribeirão do Rocha; com o Município de Adrianópolis: começa no rio Pardo, na foz do Uberaba, sobe este até a foz do rio São Miguel e este até a sua cabeceira mais alta, donde, em reta por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do ribeirão do Pinhal, donde em reta, também por uma linha seca, no sentido leste-oeste, ao rio São Sebastião, na foz do ribeirão Tingui, sobe por este até a foz do ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do rio do Rocha; limites estes fixados respectivamente pelo Decreto-Lei n° 199, de 30 de dezembro de 1943, quanto às divisas com os Municípios de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul; e Lei n° 4245, de 25 de julho de 1960, quanto à divisa com o Município de Adrianópolis e que são mantidas para as divisas do Município ora citado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 88/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Campina Grande do Sul, com sede na localidade de Jardim Paulista, e com as seguintes divisas e confrontações:

"Começa na confluência da BR-116 com a

Rodovia Municipal 004, segue pela Rodovia Municipal 004 até encontrar o caminho que liga a Rodovia Municipal 004 a Vila Araçatuba, segue por este caminho até encontrar a Rodovia Estadual PR-506, segue pela Rodovia Estadual PR-506 até encontrar a Rodovia Municipal 316, segue por esta Rodovia até encontrar a divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Colombo, segue pela divisa intermunicipal entre Colombo e Campina Grande do Sul até encontrar a BR-116 na divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul - Colombo - Curitiba, segue pela BR-116 até encontrar o seu ponto de partida a confluência da BR-116 com a Rodovia Municipal 004".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade do Jardim Paulista apresenta um crescimento vigoroso, decorrente de sua posição como um dos núcleos mais expressivos da Região Metropolitana de Curitiba, hoje contando mais de dez mil habitantes.

A sede central da comunidade - já erigida em distrito administrativo - dista mais de dez quilômetros da sede do município de que se desmembra por força deste projeto de lei, cumprindo neste requisito a legislação existente.

Doutro lado, sua emancipação poderá permitir um desenvolvimento harmonioso, com sua integração ao planejamento central metropolitano e garantia de melhores condições de vida aos seus moradores em termos de zoneamento urbano, equipamentos públicos, sistemas de transporte, segurança pública, saúde básica e educação fundamental, entre outras.

Por isso, justifica-se plenamente a proposição ora apresentada, com o que estaremos assegurando à comunidade do Jardim Paulista as vantagens diretas da autonomia municipal.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 394/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica doado à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, o excesso de área de terras que constituem o seu perímetro urbano e suburbano que perfazem um total de 420.447,50m².

Parágrafo Único - Fica a cargo do poder Executivo Estadual a medição e demais providências para a legalização da área urbana e suburbana do Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Embora a área especificada na escritura pública de compra e venda de terreno, lavrada no Cartório de Registro de Imóveis de Paranaguá seja de 10 (dez) alqueires, a extensão do terreno em tela é na realidade, de 420.447,50m², portanto bem maior.

O presente projeto de lei tem por finalidade corrigir a diferença existente entre a área descrita no supracitado documento e a área constante nos limites e confrontações do terreno levantados pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba conforme demonstra o mapa em anexo.

PROJETO DE LEI N° 395/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever participação, no montante de até Cr\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), no empreendimento em fase de conclusão pela Petrobrás, denominado Módulo Industrial do Xisto, situado em São Mateus do Sul, neste Estado.

Art. 2º - A participação autorizada poderá ser realizada através de instituição financeira sob controle estadual ou mediante outro mecanismo negociado junto a Petróleo Brasileiro S.A., que estabeleça as compensações e direitos decorrentes do investimento feito, e será apropriada de verba de despesas de capital do Orçamento corrente, revisado no exercício.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A conclusão das obras do Módulo Industrial do Xisto, na cidade de São Mateus do Sul, é imprescindível para o fortalecimento da política de industrialização do Estado do Paraná e para o progresso social de sua população.

Trata-se de empreendimento destinado a propiciar uma longa série de benefícios à vida econômica e social dos paranaenses, a partir da criação de condições favoráveis para a instalação de novas indústrias, dinamização das atividades comerciais, criação de prestações de serviços e geração de novos empregos em vários setores, além de poder vir a constituir-se num importante centro que possibilitará a realização de pesquisas tecnológicas, há muito reclamadas por todos os segmentos da vida esta-

dual para ajudar a impulsionar os esforços do povo paranaense, na sua incessante busca para a abertura de novos caminhos que conduzam ao rompimento da estreita dependência da economia paranaense em relação à agricultura.

O Brasil possui a segunda maior reserva de xisto do mundo, avaliada em 800 bilhões de barris de óleo, e a Formação Irati é o mais importante recurso de xisto conhecido no Brasil, podendo gerar um volume de 1,86 bilhão de barris de óleo; 62 milhões de barris de condensado; 25 milhões de toneladas de gás liquefeito de petróleo; 68 bilhões de m³ de gás de xisto; e 48 milhões de toneladas de enxofre. Isso, para lavra a céu aberto, com capeamento máximo de 45 metros.

O xisto constitui uma grande fonte de riqueza mineral do Paraná.

Só no Município de São Mateus do Sul, a reserva estimada é superior a 700 milhões de barris de óleo, 9,0 milhões de toneladas de gás liquefeito de petróleo, 25 bilhões de metros cúbicos de gás combustível e 18,0 milhões de toneladas de enxofre.

Um potencial dessa magnitude não pode permanecer à margem do desenvolvimento econômico do Paraná e do Brasil.

É imperativa a sua exploração em escala industrial para transformá-lo em bens úteis para acelerar o progresso do nosso Estado e do País, com benefícios que reverterão em favor de toda a sociedade brasileira.

O xisto representa uma importante fonte alternativa de energia para os brasileiros. O aprimoramento da tecnologia para a sua exploração, alcançada com a entrada em operação da Usina Protótipo do Irati, construída pela Petrobrás em São Mateus do Sul, se insere num conjunto de estratégias necessárias para que o País possa superar eventuais dificuldades decorrentes de possíveis crises no abastecimento de petróleo, a exemplo da verificada durante o conflito bélico que envolveu países do Oriente Médio, tradicionais fornecedores desse combustível, como o Irã e o Iraque.

Graças aos esforços e ao trabalho denodado dos pesquisadores brasileiros, a Petrobrás alcançou em São Mateus do Sul uma tecnologia de processamento de xisto que coloca essa empresa em posição de vanguarda mundial nesse campo.

O processo de aproveitamento desse minério - denominado Processo PETROSIX -, foi dos testes laboratoriais até a dimensão industrial, com sucesso, no desenvolvimento de pesquisa e experiências que se estenderam por uma década, nos anos 1972/81.

Para chegar à escala industrial, a Petrobrás iniciou a implantação do Módulo

Industrial do Xisto (MIX), orçado em US\$ 111,2 milhões, que está sendo construído em área contígua à Usina Protótipo do Irati. Esse Módulo é o último estágio e conclui o ciclo de desenvolvimento tecnológico do Processo PETROSIX, "raro exemplo de criação dentro do Brasil de um processo industrial por inteiro, com tudo que isto representa em termos de ciência, pesquisa e desenvolvimento de processo e equipamentos e instalação industrial", conforme destaca um estudo divulgado pela Petrobrás sobre os benefícios do Projeto Xisto.

Esse estudo informa que, com a conclusão do Módulo Industrial, consolida-se uma espécie de motor econômico da região polarizada pelo município de São Mateus do Sul, pela possibilidade de criar uma linha industrial que, explorando a fonte regional de energia, multiplicará os efeitos econômicos do investimento primário.

Acresça-se a isso que a exploração do xisto em escala industrial em São Mateus do Sul é também um importante avanço para a progressiva desconcentração espacial da indústria, contribuindo para a melhor distribuição das instalações industriais entre as diversas cidades do Paraná.

Embora ainda não esteja concluído, o Módulo Industrial já começa a apresentar resultados positivos da sua operacionalização, permitindo a implantação, nas proximidades da Usina do Xisto, de uma importante planta industrial cerâmica, pertencente ao Grupo Incepa, com investimentos superiores a 150 milhões de dólares.

Esse novo pólo industrial ressalta da expressão econômica para ampliar-se na significação social, pois estará localizado numa das regiões do território paranaense onde ainda persistem os chamados "bolsões de pobreza" carentes de fontes geradoras de empregos.

As novas indústrias, estabelecimentos comerciais e os prestadores de serviços vão propiciar o desenvolvimento econômico e avanços sociais numa vasta área geográfica do Paraná, composta por 24 municípios e uma população de 500 mil pessoas.

Só a primeira nova indústria instalada em São Mateus do Sul, que já está começando a funcionar, utilizando gás produzido na Usina do Xisto, vai gerar, numa primeira etapa, produtos no valor de 96 milhões de dólares, dos quais boa parte se destina ao mercado externo, contribuindo para o ingresso de divisas no País, devendo gerar, também, impostos da ordem de 10 milhões de dólares.

Por sua vez, o Módulo Industrial vai gerar produtos que permitirão a economia de divisas em torno de 34 milhões de dólares, impostos no montante de 9 milhões de dólares e royalties de 800 mil dólares anuais.

Um dos mais importantes aspectos da exploração do xisto no Paraná está relacionado com a preservação e proteção do meio ambiente.

A Petrobrás mantém programas permanente de preservação ambiental na região de São Mateus do Sul, envolvendo desde a reabilitação para a agricultura e reflorestamento das áreas minerais, até estudos de reintrodução da fauna e flora nativas.

A qualidade do ar atmosférico dentro de padrões adequados é garantida por sistemas específicos de monitoramento.

O Módulo Industrial do Xisto está com mais de 85% de suas obras concluídas.

Do custo total estimado em US\$ 111,2 milhões, já foram aplicados pela Petrobrás cerca de 70 milhões de dólares.

Todavia, face às dificuldades financeiras conjunturais enfrentadas por essa empresa, as obras de construção do Módulo foram paralisadas.

Se essa paralisação persistir e cessarem as atividades da Usina do Xisto, a economia paranaense sofrerá elevados prejuízos, com graves reflexos entre a população do estado.

Por sua expressão econômica e reflexos sociais que pode gerar, a exploração do xisto representa importante parcela na vida paranaense.

O Estado que, até agora, não participou diretamente desse empreendimento, não pode permanecer indiferente à desativação das obras de construção da etapa da escala industrial da Usina de São Mateus do Sul, que constitui uma nova alternativa econômica de suprimento energético no Paraná.

Na última década, os sucessivos governadores paranaenses expressaram à Assembleia Legislativa as preocupações governamentais com relação à pesquisa em áreas não-tradicionais, passíveis de fornecerem suprimento energético.

Assim é que o governador Ney Braga manifestou à Assembleia em 1980: "É imperiosa a busca de novas fontes alternativas para a produção de energia, quer diretamente pelo setor público, quer pela comunidade, cujas iniciativas receberão o apoio do Governo. Face à conjuntura atual, em que as vulnerabilidades da dependência externa de suprimento energético afetam sobremaneira a qualidade de vida das populações, torna-se necessária a reanálise da viabilidade econômica e social do aproveitamento de fontes energéticas tradicionais."

O governador José Richa disse, em 1985, à Assembleia Legislativa que "na procura de soluções energéticas alternativas, quer no que se refere à substituição do petróleo importado e de seus derivados, quer no aspecto da valorização dos recursos regionais e da viabilização do seu

uso, o Paraná avançou no campo da pesquisa da análise e dos estudos e logrou importantes resultados práticos com a Usina de São Mateus do Sul."

O governador José Richa enfatizou que uma das propostas inovadoras do Plano de Ação do seu Governo foi sugerir o desenvolvimento de uma verdadeira economia mineral no estado.

Por sua vez, o governador João Elísio Ferraz de Campos declarou aos Senhores Deputados que "a Usina de São Mateus do Sul deve integrar o Plano Estadual de Energia" e que "a exploração industrial do xisto representa muito para o desenvolvimento da capacidade produtiva da indústria paranaense e para a melhoria das condições de vida de larga faixa de população residente na região de São Mateus do Sul."

O governador Álvaro Dias, em sua Mensagem Anual à Assembleia, destacou, em 1989, dentre "os projetos de repercussão macroeconômica para o Paraná, a implantação do Parque Tecnológico do Xisto, cuja principal atividade será desempenhada pela incubadora tecnológica, que terá a seu encargo a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e processos industriais. Com base nos resultados obtidos e que demonstrem técnica e economicamente viáveis, pretende-se induzir a geração de empreendimentos privados com alta densidade tecnológica e ou/tecnologia de ponta, formando um complexo industrial satélite do Módulo Industrial da Usina de Xisto da Petrobrás, maximizando, dessa forma, os resultados da exploração dos recursos minerais da Porção Irati, em São Mateus do Sul. O referido complexo industrial deverá dinamizar a economia do local e a consequente melhora da qualidade de vida da população da região, reconhecidamente uma das menos desenvolvidas do Estado. A extração do xisto permitirá a utilização do calcário contido na mina explorada. Este fato possibilita o incentivo à iniciativa privada no desenvolvimento de projetos de fruticultura, olericultura e pecuária leiteira, dentro do propósito de fixar o homem ao meio rural."

Está exaustivamente demonstrada a magnitude da exploração industrial do xisto, como fonte de alternativa de energia para o desenvolvimento da economia do estado e do País e dos benefícios que poderá propiciar não apenas a meio milhão de paranaenses, mas, também, à sociedade brasileira como um todo.

Para a conclusão do Módulo Industrial do Xisto faltam cerca de 40 milhões de dólares. Destes, dois milhões e 500 mil dólares referem-se a equipamentos de mineração que serão transferidos pela Companhia Siderúrgica Nacional e Itaipu Binacional; cinco milhões de dólares referem-se a in-

vestimentos que podem ser executados após o início da produção, quando estarão sendo gerados recursos pelo próprio Módulo. O Congresso Nacional recomendou que a Petrobrás alocasse o valor equivalente a 15 milhões de dólares. O presente projeto de lei autoriza a participação do Estado do Paraná, no montante de até Cr\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), equivalentes a 15 milhões de dólares. Os recursos faltantes - três milhões e 700 mil dólares - deverão ser cobertos por clientes regionais interessados nos produtos gerados pelo Módulo Industrial do Xisto.

Este projeto de lei tem por objetivo tornar efetiva a participação paranaense num empreendimento de grande valor para o progresso do nosso estado e para o bem estar da sua população. O plano de lei contempla como essa participação serão realizada, compensações e direitos decorrentes do investimento a ser feito e a fonte de recursos no Orçamento deste Exercício, além de promover o entrosamento e ação do Poder Público Estadual com os esforços de organismos federais e de empresários empenhados na expansão e na diversificação da base produtiva paranaense.

PROJETO DE LEI N° 396/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de JARDIM PAULISTA, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul, com as divisas seguintes:

"Começa na confluência da BR 116 com a Rodovia Municipal 004, segue pela Rodovia Municipal 004 até encontrar o caminho que liga a Rodovia Municipal 004 a Vila Araçatuba, segue por este caminho até encontrar a Rodovia Estadual PR 506, segue pela Rodovia Estadual PR 506 até encontrar a Rodovia Municipal 316, segue por esta Rodovia até encontrar a divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Colombo, segue por esta divisa intermunicipal entre Colombo e Campina Grande do Sul até encontrar a BR 116 na divisa intermunicipal entre Campina Grande do Sul e Curitiba, segue pela BR 116 até encontrar o seu ponto de partida a confluência da BR 116 com a Rodovia Municipal 004."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI N° 397/90
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei n° 8808 de 30 de junho de 1988 passa a ter a seguinte redação:

- "Fica concedida a Senhora JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito de BOA VISTA DA APARECIDA, CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, uma pensão mensal no valor de CR\$ 10.406,90 (dez mil, quatrocentos e seis cruzeiros e noventa centavos).

Parágrafo Único - O valor de que trata o "Caput" deste artigo, será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funcionalismo, nos mesmos percentuais e época de vigências.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dona Josefina Aparecida Barbosa, viúva do ex-Prefeito Cícero Barbosa Sobrinho, de BOA VISTA DA APARECIDA, falecido em trágico acidente automobilístico, em pleno exercício do cargo, no dia 02 de janeiro de 1988, ficou sem condições de sobrevivência, motivo porque a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de lei, e o Excelentíssimo Senhor Governador sancionou, convertendo em Lei n° 8808/88, concedendo-lhe pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência, que resultou em janeiro de 1990, na importância de apenas CR\$ 293,18 (duzentos e noventa e três cruzeiros e dezoito centavos), conforme documento anexo.

Para solucionar esta anomalia e enquadrá-la nas novas disposições é que apresentamos este plano de lei, e, considerando o elevado alcance da medida ora proposta, estamos certos que a mesma merecerá desta Casa, o necessário apoio e consequente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 398/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA DE MARINGÁ - AMEM, com sede à rua Pombal n° 49, Vila Operária, na cidade de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Espírita de Maringá - AMEM, é uma entidade religiosa e assistencial, tendo por atividades essenciais:

a) O estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas e suas

aplicações científicas, filosóficas e religiosas, utilizando-se como roteiro básico as obras codificadas por Allan Kardec;

b) o ensino e a divulgação da Doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos;

c) a assistência social, que consiste: no atendimento às gestantes carentes; no atendimento às famílias carentes; no atendimento às crianças carentes (Casa da Sopa); no atendimento e distribuição de pão e leite; e no atendimento aos presidiários;

d) a assistência espiritual que consiste em uma entrevista, onde se observa os problemas espirituais, materiais e emocionais; em palestras de ordem moralizante e no contínuo estudo da Doutrina.

A renda da Associação provém, tão somente, de contribuições dos associados, de promoções realizadas e de donativos de pessoas físicas e jurídicas.

Como se vê, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, a Associação Espírita de Maringá, não recebe qualquer tipo de verbas, seja da área municipal, estadual ou federal, para a realização e desenvolvimento de suas atividades assistenciais.

Assim é que, com o reconhecimento da Associação como de Utilidade Pública, poderá esta celebrar convênios a nível municipal, estadual e federal, obtendo assim, verbas para melhor desenvolver suas atividades.

Igualmente, enfrenta dificuldades a Associação, por ocasião do recebimento de donativos de pessoas físicas e jurídicas, porquanto não encontra reconhecida como de Utilidade Pública a nível estadual, o que inviabiliza a dedução desses donativos no imposto de renda.

Por outro lado, a Associação Espírita de Maringá, está prestes a iniciar a reconstrução de sua sede, conforme planta em anexo. Acresce considerar, que até o presente momento, em face da falta de recursos financeiros, não teve condições de iniciar a obra. Conseqüentemente, o reconhecimento de Utilidade Pública, possibilitará a Associação também obter recursos e verbas a nível estadual e federal para tanto.

Parece-nos que, obedecidos os critérios da lei, na forma da documentação anexa, o reconhecimento da utilidade pública é uma formalidade, já que a participação da comunidade maringaense junto à Associação Espírita de Maringá já é uma prova de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados.

É importante destacar o incentivo que o Poder Legislativo dispensa ao espírito associativo, com tal reconhecimento, fomentando esta prática, como forma de organização de toda uma comunidade no serviço

social.

O engajamento da população nessas entidades sociais, é o melhor caminho para a discussão, a análise e a viabilização de soluções para os mais diversos problemas sociais existentes dentro de uma comunidade.

Os problemas aqui expostos nos convencem da oportunidade do presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento neste Poder Legislativo.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 399

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1°, da Lei n° 9.184, de 08.01.90, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Manguaçu, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

Partindo da foz do Rio Gigante no Rio Chopim, divisa com o Município de Coronel Vivida, segue pelo Rio Gigante, dividindo com o Município de Coronel Vivida, até sua cabeceira, daí, segue pelo divisor de águas, dividindo com o Município de Coronel Vivida, até a divisa com terras de Estil Móveis e Decorações S/A, daí, segue dividindo com o Município de Manguaçu, por linhas secas, com terras de Estil Móveis e Decorações S/A, até o Arroio Pinheiro, daí segue pelo Arroio Pinheiro, dividindo com terras de Estil Móveis e Decorações S/A e com os lotes 43, 41, 39 e 38 da Gleba 2 da Fazenda Imaribo, até sua foz no Rio Covó, daí, segue pelo Rio Covó acima, dividindo com o lote 19 da Gleba 2 da Fazenda Imaribo, e com as Glebas 5, 17 e 16 da Fazenda Machado, até a foz do Arroio da Foice, daí segue pelo Arroio da Foice, dividindo com as Glebas 16, 15 e 7 da Fazenda Machado, até sua cabeceira, daí segue dividindo por linha seca com as Glebas 7 e 18 da Fazenda Machado, até o Arroio do Rodeio, daí, segue pelo Arroio do Rodeio, dividindo com as Glebas 18 e 21 da Fazenda Machado, até sua foz no Lageado Marrequinha, daí, segue pelo Lageado Marrequinha abaixo, dividindo com as Glebas 21, 22 e 9 da Fazenda Machado, até a foz de um arroio sem denominação, divisa com o Quinhão 6-B da Fazenda São Martinho, daí, segue por este arroio, dividindo com o Quinhão 6-B da Fazenda São Martinho e com a Fazenda Charqueada, até sua cabeceira, daí, segue por linha seca, dividindo

Curitiba, segunda, em 06.08.90

com a Fazenda Charqueada, até a cabeceira de um arroio sem denominação, daí segue por este arroio dividindo com a Fazenda Charqueada até sua foz no Lageado do Cervo, daí, sequer pelo Lageado do Cervo, dividindo com a Fazenda Charqueada, até sua foz no Rio Marrecas, daí segue pelo Rio Marrecas acima, dividindo com as Fazendas Cachoeira e São Pedro, até a foz do Lageado Invernada, dividindo com a Fazenda São Paulo, até sua cabeceira, daí, segue por linha seca, dividindo com a Fazenda São Paulo, até a cabeceira do Córrego São Paulo, daí segue pelo Córrego São Paulo, dividindo com a Fazenda São Paulo, até sua foz no Rio Chopim, daí, segue pelo Rio Chopim abaixo, dividindo com os Municípios de Clevelândia e Pato Branco, até o ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A presente medida torna-se necessária devido a realização de uma reunião ocorrida no dia 05 de julho do corrente ano, na Câmara Municipal de Manguaçu, onde estiveram presentes a Comissão Pró-Criação do Município de Honório Serpa, os Vereadores Municipais, os representantes do Executivo de Manguaçu e outras autoridades representativas de classes, que discutiram e aprovaram as novas divisas do recém-criado Município de Honório Serpa, as quais estabeleceram critérios de igualdade e consenso entre o Município de Manguaçu e o ora desmembrado.

Este foi o motivo pelo qual apresentamos o presente projeto de lei de ratificação de divisas e pelo qual esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 400/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Vivida é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, que vem prestando incontáveis benefícios aos ex-

cepcionais.

Promovendo o bem estar e o ajustamento, procura desenvolver ao máximo a capacidade dos excepcionais para habilitá-los a desempenhar o que lhe é requisitado pela sociedade, respeitando suas condições e possibilidades.

Através de intensa terapia ocupacional estimula o trabalho artesanal desenvolvendo suas aptidões, cuidando inclusive dos interesses jurídicos.

A legislação até bem pouco tempo era omissa com relação aos excepcionais, que constituem-se numa classe que bem orientada pode contribuir de maneira considerável para o bem estar da sociedade.

Declarar a APAE de Coronel Vivida de Utilidade Pública é uma questão de justiça, que pode servir de estímulo a criação de outras APAEs cuja atividade meritória enobrece e dignifica a comunidade.

PROJETO DE LEI N° 401/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "ULISSES VIGANÓ" o trecho de Rodovia que liga o Município de Marmeleiro - Paraná ao Município de Campo Erê, Santa Catarina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Ulisses Viganó, pertencia a uma família pioneira no Sudoeste.

Dedicou sua vida às causas do Sudoeste, onde se tornou conhecido como uma das "personas gratas" em Campo Erê e Pato Branco, onde exercia suas atividades profissionais.

Sua liderança era tão notória, que mesmo sem ter concorrido a cargos públicos foi conselheiro de inúmeros militantes políticos e sua sensibilidade, para com os problemas da região, também era reconhecida por todos.

Sabendo da importância que a execução do trecho de rodovia que liga Marmeleiro a Campo Erê representava para a economia e desenvolvimento dos municípios envolvidos, dedicou grande esforço para essa realização.

O trecho de rodovia hoje é uma realidade e cumpre o seu papel sócio-econômico, mas infelizmente Ulisses Viganó não viveu para assistir à inauguração, tendo falecido no dia 13 de dezembro de 1988.

Cabe-nos homenagear aquele que foi um dos grandes batalhadores dessa importante obra.

PROJETO DE LEI N° 402/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza o Poder Executivo a reconhecer de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO GRONGORÓ, com sede na localidade de Grongoró, Distrito de Campina do Simão, Município de Guarapuava.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO GRONGORÓ, criada em 22 de julho de 1987, por moradores do Grongoró, Município de Guarapuava, é uma associação sem fins lucrativos, de duração ilimitada e organizada de acordo com as leis vigentes no País.

A Associação tem por finalidade a promoção e incentivo das atividades culturais, cívicas, religiosas, recreativas, esportivas e sociais, promoção e incentivo para os melhoramentos da urbanização, conservação e boa apresentação da localidade de Grongoró, assim como todas as atividades que venham a beneficiar seus moradores.

A entidade atualmente, presta serviços a toda a comunidade de Grongoró, buscando a solução dos problemas sociais dos associados.

A Associação necessita da declaração de Utilidade Pública Estadual a fim de que possa obter ajuda dos órgãos assistenciais estaduais, para melhor promover o desenvolvimento social e de saúde de Grongoró.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

Anexos:

- Declaração de Utilidade Pública Municipal;
- Publicação da Declaração de Utilidade Pública Municipal;
- Estatuto da Associação Comunitária de Desenvolvimento de Grongoró - Certidão de Registro e Arquivamento no Cartório de Títulos e Documentos em Guarapuava;
- Ata de Fundação da Associação;
- Ata de eleição da nova diretoria;
- Relatório das atividades da entidade;
- Declaração de seus diretores quanto à publicação semestral da demonstração da receita e despesa;
- Fotocópia da ficha do C.G.C./M.F.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o "AD REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o Município de ALTO DO SÃO JOÃO, com território desmembrado do Município de Roncador, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

Ao Norte: pelo leito do Rio Bonito, até sua foz no Rio Muquillão, em confrontação com o Município de Iretama.

Ao Leste: pelo leito do Rio Muquillão, até onde o Ribeirão Palmital faz a sua foz e em confrontação com o Município de Pitanga.

Ao Sul: pelo leito do Ribeirão Palmital, até o seu cruzamento com a Estrada Municipal MQ-536, em confrontação com o Município de Pitanga.

Ao Oeste: pela estrada MQ-536, até sua bifurcação com a Estrada MQ-405, daí por um afluente do Rio das Barras, até sua foz com o mesmo, desce por este até seu cruzamento com a Estrada MQ-404, segue por este até sua bifurcação com a Estrada MQ-408, segue por esta até o seu cruzamento com o Rio Bonito, encontrando assim o ponto de partida, e, confrontando com o Município de Roncador.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO DO SÃO JOÃO.

"Partindo do início da Avenida 1, onde encontra-se a saída para Roncador e achasse a quadra n° 1, confrontando com terras do Lote n° 60-C, segue por este até a estrada de saída para Iretama, onde faz canto a quadra n° 4, e, por uma Rua sem denominação com 07 (sete) metros de largura, divisando com terras do lote 61-B-Remanescente, seguindo por esta até encontrar o canto da quadra n° 1 da quadra n° 12, seguindo daí por uma Rua sem denominação também com 07 (sete) metros de largura, divisando com terras dos lotes 60-C-2 e 60-A-2 até encontrar o ponto de partida, nas vizinhanças da quadra n° 3 da quadra n° 1".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município que se pretende criar reúne perfeitas condições no tocante aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma.

De natureza essencialmente agrícola, a criação do Município de ALTO SÃO JOÃO, alicerçado no reclamo maior de sua comunidade, vem contribuir para o consagrado da melhor forma de se aperfeiçoar o desen-

volvimento do Estado, pela otimização administrativa que a descentralização possibilite.

Com amparo legal e condições de sustentação, é de justiça e principalmente, de direito, que o atual distrito de Alto São João, deva ser elevado à categoria de Município.

Isto posto, encarecemos a atenção e conseqüente aprovação dos nobres parlamentares desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 404/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública o Lar Espírita "Maria de Nazaré", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O Lar Espírita "Maria de Nazaré", fundado no ano de 1980, têm por finalidade amparar idosas que não tem família e não dispõem de recursos para se manterem. Sua assistência oferece moradia, alimentação, assistência médica e congêneres. Assiste ainda a idosas que possuam algum recurso financeiro para sua própria manutenção, e ainda viabilizam, o aproveitamento destes recursos em sua própria benfeitoria, através da entidade.

Assim sendo cremos que, tendo esta entidade alto préstimo a comunidade, bem como as pessoas que dele necessitam para que possam dar continuidade segura a sua vida, colocamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa, solicitando pela sua Aprovação.

PROJETO DE LEI N° 405/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Itararé", com sede e foro no Município de Santana do Itararé.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Itararé, é uma instituição que opera sem fins lucrativos, e tem por objetivo oferecer aos profissionais da categoria, representação legal de seus interesses junto aos órgãos superiores bem como judiciais.

Extensivo a trabalhadores que exercem atividade rural, sejam eles proprietários ou não, permanentes ou temporários, tem o sindicato a intenção de colaborar e proteger seus associados, mesmo recorrendo a outras entidades integrantes, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Sendo esta instituição de alto valor social, colocamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa, solicitando pela Aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI N° 406/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o "AD REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o Município de YOLANDA, com território desmembrado do Município de Ubiratã, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Piquiri na foz do Rio Comissário, segue por este até a foz do Rio dos Vieiras, sobe por este até sua nascente no ponto de divisa entre as Glebas 15 e 22 da Colônia Goioerê, segue pela referida divisa no sentido Norte-Sul até o cruzamento do Rio Ronquito com a Estrada denominada Paraguai, segue pela mesma rumo Este-Leste até seu cruzamento com o Rio Carajá, desce por este até sua foz no Rio Piquiri e por este até a foz do Rio Comissário, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE YOLANDA:

"Inicia no cruzamento da Rua Ceará com a Rua Minas Gerais. Rua Minas Gerais até a Rua Pernambuco, por esta até a Rua São Paulo, por esta até a Rua Ceará, por esta até o cruzamento com a Rua Minas Gerais, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em toda a História, a evolução e o desenvolvimento constituem a finalidade primordial da existência humana, e com o intuito único e exclusivo de crescimento, acreditando na força do trabalho como fonte geradora do progresso, o Município de Yolanda, que conta com uma infra-estrutura capaz de atender às necessidades básicas da população, sente-se no direito de constituir-se em município.

Com uma economia baseada essencialmente no setor agrícola, conta também com substancial apoio na área agropecuária e no comércio.

Atendendo a todos os requisitos solicitados pela lei, para transformar-se em

município, a população não vê, pois, razão alguma para continuarem pertencendo ao Município de Ubitatã, no momento que tanto se fala em descentralizar, cada vez mais, a administração pública.

Todos os segmentos sociais e econômicos do município estão amplamente empenhados na concretização deste ideal e portanto, somos estimulados a admitir dentro de nossa filosofia e entendimento democrático, de que todo poder emana do povo e cuja soberana vontade e opção não podemos desrespeitar nem menosprezar.

A essa Egrégia Assembléia, que tão sabiamente tem decidido os destinos do Paraná, apresentamos o presente Projeto de Lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dentro desta campanha eleitoral tenho visto personalidades políticas se apresentarem nos programas de televisão, como os campeões da moralidade. Dentre estas personalidades, o Governador Álvaro Dias, ainda ontem tecia uma série de considerações sobre o conceito do administrador público, e que, dava a entender de que ele representa e encarna o princípio da moralidade. Que o Governador Álvaro Dias é a essência da moralidade, e, procura também transmitir isto ao seu candidato Roberto Requião, como a síntese da moralidade.

São os dois, são os únicos que encarnam e que superam todos os demais como moralistas.

Apesar de toda esta construção fantasiosa, como fantasioso foi todo este governo, que usava da publicidade e usa, para fazer toda esta construção, como se tivéssemos aqui no Paraná, o cartão da anti-güidade.

Se se falar em aposentadoria e pensão, todos tripudiam o Governador José Richa, porque recebe pensão como ex-governador.

Mas, o Governador Álvaro Dias não fala que é um pensionista do Congresso Nacional: com um salário de cento e noventa mil cruzeiros, que contou o tempo de serviço de Vereador de Londrina, mais o tempo de serviço de Deputado Estadual, mais o tempo de serviço de Deputado Federal, mais o tempo de serviço de Senador da República.

Ora, aposentados por aposentados, então os dois se igualam.

Mas, não se pode negar aquilo que se usufrui. E o Governador Álvaro Dias se nega a si próprio. Nega a sua própria história.

O Prefeito Roberto Requião, quando Prefeito, recebeu o 13º salário, como Prefeito. E não há nenhum dispositivo, nenhuma alínea, nenhum artigo, nenhuma letra, nada que lhe autorizasse a receber 13º salário, e, não sei como fará para devolver este dinheiro, porque o Tribunal de Contas assim deverá determinar...

Aonde está a moralidade disto tudo?

Aonde está esta pseudia, esta construtiva questão da moralidade?

Ora, Senhores, todos conhecem o episódio, quando votamos aqui nesta Assembléia o orçamento do Estado. E, naquela ocasião, foi na última sessão do mês de junho, não havia o detalhamento do orçamento.

Pois bem, o Deputado Caíto Quintana assumiu um compromisso, e nos encaminhou o referido detalhamento. E aqui está.

Pasmem os Senhores, que na Secretaria de Comunicação Social, Gabinete do Secretário, Execução centralizada de Comunicação Social, rubrica 313200, valor: 749 milhões (setecentos e quarenta e nove milhões); finalidade: outros serviços e encargos - divulgação e propaganda para o período de agosto a dezembro de 1990. São cento e cinquenta milhões por mês de divulgação e propaganda do Governador Álvaro Dias. Isto é imoralidade, isto faz...

Senhor Presidente, eu requeiro o horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido.

O SR. NEREU MASSIGNAN - ...Isto faz com que analisemos esta proposta orçamentária e tenhamos aqui a tão falada dívida do Estado; constam três bilhões de juros da dívida contratada correspondem a três vezes mais o que vai se gastar em propaganda em cinco meses de uma dívida acumulada de vários anos.

- Juros da dívida pública interna: três bilhões e quinhentos e quarenta e cinco milhões. Cinco vezes o que vai se gastar em propaganda de uma dívida acumulada de vinte anos. Tem mais!

Para a Agricultura, a tão falada Agricultura, cheia de prioridades nos discursos do Governador Álvaro Dias, para todo o semestre, de agosto a dezembro, foram destinados quinhentos milhões de cruzeiros, dos quais apenas cento e cinquenta e quatro milhões para manejo e conservação de solos. Cento e cinquenta e quatro milhões correspondem ao que vai gastar em um mês em propaganda e divulgação do seu Governo.

A Secretaria da Cultura, neste semestre de agosto a dezembro, vai receber cen-

to e noventa e cinco milhões a mais do que vai gastar num mês em propaganda e publicidade, o Governo Álvaro Dias.

A Educação, nestes cinco meses, terá uma destinação de quatro bilhões de cruzeiros, seis vezes apenas a mais do que vai gastar com a propaganda. Mas, para conservação das escolas, essas famosas escolas - "despesas com obras de reparos, recuperação e conservação de escolas executadas pelo DECOM" - cento e vinte milhões para atender a trezentos municípios. Isso corresponde a quarenta mil cruzeiros por município, mas cento e vinte milhões é menos do que cento e cinquenta milhões por mês de propaganda, porque aqui são cento e vinte milhões de agosto a dezembro que correspondem a vinte e quatro milhões por mês para manutenção das escolas, enquanto que para propaganda e a divulgação do nome do Governo e do seu candidato se destina cento e cinquenta milhões por mês.

Na área da Saúde: o total da Secretaria da Saúde, quinhentos e cinquenta milhões de agosto a dezembro; para promoção do Governador em propaganda, setecentos e cinquenta milhões. São duzentos milhões a menos destinados à saúde, dos quais quatrocentos e três milhões para medicamentos, agulhas descartáveis e bolsas de sangue. É por isso que os postos de saúde do interior não têm medicamentos porque quatrocentos e três milhões para distribuir para trezentos municípios os Senhores podem ver que não chega a pouco mais de um milhão por município de medicamento, de distribuição para os postos de saúde que Richa construiu e que Álvaro esquece agora de abastecer com medicamentos.

Na área da Segurança Pública: o total destinado à Segurança Pública é de quinhentos e cinquenta milhões, duzentos milhões a menos do que se gasta com a promoção da propaganda do Governador Álvaro Dias, dos quais apenas com combustíveis da Polícia do interior se destinou apenas 61 milhões de cruzeiros para atender a toda a rede de veículos.

Deputado Alborghetti, Vossa Excelência que é tão preocupado com a Segurança Pública, sabe quanto o Governador Álvaro Dias destinou para atender os veículos do comando de policiamento do interior? 61 milhões de cruzeiros de agosto a dezembro.

No mesmo sentido, para o sistema de conservação das rodovias estaduais, 650 milhões de cruzeiros.

100 milhões a menos do que vai gastar com a sua promoção pessoal. 85 milhões com a manutenção dos veículos e máquinas, num total de 2.392 unidades e o transporte de 5.000 toneladas de material betuminoso, 85 milhões.

73 milhões com a manutenção das patrulhas mecanizadas dos pequenos municípios,

enquanto que para propaganda são 150 milhões por mês e para isso 73 milhões apenas no semestre.

Enfim, é esta a transparência e é esta a moralidade que procura transmitir o Governador Álvaro Dias e o seu candidato Roberto Requião.

Gostaria de ter apenas três minutos de televisão em rede estadual, para mostrar isso ao povo paranaense, para mostrar àquele cidadão que mora perto do posto de saúde, lá do interior, que Richa construiu, que o remédio não está lá porque está na propaganda da televisão, do rádio e do jornal.

Esta é que é a verdade deste Paraná de hoje. É por isso que eu conclamo a todos os Deputados, vamos votar hoje aqui esta Comissão de Fiscalização, que é uma criação da Constituição Federal e do Estado, esse projeto que vai disciplinar a apreciação dos fatos que digam respeito aos indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados.

Vamos fazer com que estas autoridades prestem a devida informação a esta Casa. Nós temos o dever de informar à opinião pública, apesar de todo o controle, apesar de toda artimanha, apesar de toda mentira, apesar de todo empenho em fazer com que os Prefeitos se subjuguem aos encantos de pequenas verbas de último momento dos estertores do Governo, este Paraná será diferente a partir de março, porque lá colocaremos um cidadão honrado e que represente os paranaenses e que a propaganda seja o serviço, a obra e a moralidade sim, sem esta propaganda nefasta na televisão em que se tripudia até os cidadãos honestos, porque generaliza e coloca todos como desonestos, ladrões e corruptos.

Na verdade a maior corrupção é má aplicação do dinheiro público, é a omissão de um programa de obra. É a omissão da responsabilidade de quem foi eleito e agora é o momento da cobrança.

Dia 03 de outubro estes gastos, este orçamento mal elaborado, endossado pela Bancada do PMDB, receberá a resposta nas urnas.

Richa voltará ao Paraná para construir de novo um programa democrático, um programa participativo e não um programa escuso e mentiroso como foi feito até o presente momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, passado o recesso Parlamentar, poucos lembram-se de um dos mais rumorosos casos de denúncia de cor-

rupção que foi levantado aqui nesta Casa nos últimos três anos e, principalmente, no início deste ano.

Nós, aqui, denunciemos o empreguismo, as licitações fraudulentas, o desvio de verbas e uso indevido de veículos. Tudo isto foi constatado pela Comissão do INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, que esteve fazendo uma minuciosa auditoria no Instituto de Pesos e Medidas, o IPEM do Paraná.

E quando eu denunciei a existência dessas irregularidades, alguns até duvidaram e chegaram mesmo a insinuar pretensões políticas de minha parte nessas denúncias. Mas, a verdade veio. A verdade fluiu e agora claramente. Houve muita sujeira no IPEM. Inclusive a Comissão de Sindicância da Procuradoria da Justiça já confirmou isto. Resta agora a responsabilização dos envolvidos, dentre os quais, o Senhor Mauro Saldanha Baruque, ex-Superintendente e colaborador da Campanha do Senhor José Carlos Martinez, e o ex-Diretor Administrativo e homem de confiança de Baruque, Sérgio Monteiro, já demitidos, inclusive, desse órgão.

Aparentemente, o desvio de recursos atingiu níveis astronômicos, concluiu a Comissão do INMETRO no Paraná. Agora, comprovada a irregularidade, esperamos a punição dos envolvidos e principalmente o ressarcimento aos cofres da União do dinheiro desviado no IPEM Paraná, e que deveria ter sido repassado, conforme o convênio, para a execução de serviços do IPEM e do INMETRO.

Hoje, entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos nos utilizar desta tribuna para falar de um assunto que é da maior importância para o Paraná, e principalmente para a nossa Curitiba que é a situação das rodovias federais, especialmente a BR-116, e também a questão do Contorno Leste.

Nós estamos encaminhando um requerimento que deve ser apreciado pelo Plenário desta Casa no dia de hoje e ser encaminhado, conseqüentemente ao Ministério dos Transportes, no sentido de que providências sejam tomadas imediatamente no sentido de que se faça de uma vez por todas, se complete o trabalho de execução do Contorno Leste. (Lê):

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, Requer na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Senhor Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello, ao Ministro de Estado da Infra-Estrutura, Ozires Silva, aos Líderes Partidários no Congresso Nacional, Senadores e Deputados Federais do Paraná, pedindo

apoio e intercessão junto aos órgãos federais pela Liberação de Recursos para viabilização do Contorno Leste de Curitiba, como forma de solucionar o problema gerado pela BR-116, este caminho da morte, inserido em nossa cidade.

JUSTIFICATIVA:

É realmente um crime o que o Governo Federal vem fazendo com o Paraná, em especial Curitiba, mantendo a BR-116, dividindo Curitiba em duas partes. O fluxo de veículos que transitam pela BR, no perímetro urbano, vem gerando grandes transtornos, e a via não possui, neste trecho, número suficiente de passarelas, viadutos ou trincheiras que unam as duas partes e ofereçam segurança, à população.

O número de acidentes ocorridos nos últimos 18 meses, dentro da área correspondente ao contorno leste é alarmante.

São 1.053 acidentes dos quais tivemos um índice de 608 feridos, 59 mortes, 2.004 veículos envolvidos e 140 atropelamentos. E estes dados não revelam totalmente a realidade. Pois há os casos das pessoas que morrem nos hospitais ou que ficam inválidas em decorrência dos acidentes na BR.

Há quase duas décadas, a comunidade curitibana vem cobrando uma solução para o problema da BR-116. Até agora nada foi resolvido e o problema vem se agravando.

O contorno leste de Curitiba, já foi planejado há treze anos e o projeto inicial previa o desvio dos veículos nas proximidades de Quatro Barras, indo até a BR-277, passando pela BR 376 e retornando à BR-116, na altura do Bairro do Pinheirinho, num total de 41.883 m, retirando o tráfego do perímetro urbano. Mais uma vez, o governo federal deixa o Paraná num segundo plano. Nossas estradas estão abandonadas e as autoridades não estão dando a devida atenção para os nossos problemas. As obras do contorno leste já foram paralisadas por três vezes, num desperdício de recursos numa época em que se fala tanto em eliminação de desperdícios.

Se o governo cumpre suas obrigações internacionais, está na hora de cumprir também as nacionais. O contorno leste, já foi planejado, já teve comprovada a sua necessidade e resta agora esperar que o Governo Federal cumpra esta dívida para com a comunidade, executando esta tão esperada obra. Para isto, estamos mobilizando toda a população e a classe política, numa luta supra e apartidária, para que consigamos atingir nosso objetivo, com a execução das obras do contorno leste de Curitiba.

A inexistência de uma atenção maior para com este problema, revela a indiferença de nossas autoridades diante das inúmeras vidas ceifadas, ano-a-ano, naque-

la estrada. São curitibanos que desafiam a morte ao atravessar uma simples rua, para ir às compras, à escola, ao clube, à igreja.

Diante desta realidade e da inquestionável necessidade de pensarmos a cidade, o futuro, a vida da nossa população, confiamos nos nobres representantes congressistas, de consciência imorredoura, por quanto ainda perecermos pela falta de execução de um novo traçado para a região leste da nossa capital. Eis que se trata, nitidamente, de um compromisso com a vida do povo do Paraná.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos Senhores Vereadores, à Câmara Municipal de Curitiba e ao Senhor Prefeito, Arquiteto Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 06.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Peço escusas em ter me estendido, mas é talvez a saudade do microfone da minha emissora, que o Tribunal Regional Eleitoral acabou me cortando, ao Deputado Alborghetti, ao companheiro Pirajá e tantos outros que não foram respeitados, lamentavelmente; e acima de tudo, nós somos profissionais da Imprensa e depois que viemos a ser políticos, e não temos culpa de exercer uma profissão que exige, acima de tudo, a nossa responsabilidade e nos dá credibilidade. E por esta razão é que o povo tem confiado constantemente nos homens que usam o microfone, com aqueles que realmente se identificam com os problemas da comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício nº SGD/C/0728/90, subscrito pelo Senhor Diretor Presidente da COPEL, constante do expediente, comunicando ao Senhor 1º Secretário desta Casa, resposta ao ofício nº 5722/90/DA/CEA/SC, sobre a solicitação do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, a respeito do programa de eletrificação. À Diretoria Legislativa, para dar ciência à parte interessada.

Ofício nº 102/90/GLPDS subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, comunicando que está reassumindo o cargo de Deputado Esta-

dual, do qual esteve licenciado para tratamento de saúde. À Diretoria Legislativa para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Hermas Brandão que irá substituir outro Senhor Deputado na CPI, na área fazendária do Estado. À Diretoria Legislativa para anotar.

Projetos de Resolução em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, de sessão anterior. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do

expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 081/90. Prejudicado.

Requerimento, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 81/90, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Aprovado. (Publ. no D.A. n° 80, de 28.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 118/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum", do resultado do plebiscito do Município de Coronel Domingos Soares, com território desmembrado do Município de Palmas e divisas dos Distritos de Cel. Domingos e Ubaldino Tiques. Aprovado. (Publ. no DA. n° 12, de 13.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispõe que o funcionário público estadual inativo que tenha ocupado por período superior a um (01) ano cargo de subdiretor em órgão da administração direta ou indireta do Estado, ficam assegurados na aposentadoria, proventos equivalentes aos atuais cargos de provimento em comissão de símbolo DAS-5, sem prejuízo das vantagens anteriormente adquiridas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 33, de 03.04.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 201/86

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente projeto de lei tem por finalidade dispor que o funcionário público estadual inativo, que tenha ocupado por período superior a um (01) ano cargo de subdiretor em órgão da administração direta ou indireta do Estado, ficam assegurados na aposentadoria, proventos equivalentes aos atuais cargos de provimento em comissão de símbolo DAS-5, sem prejuízo das vantagens anteriormente adquiridas.

Este projeto visa ao atendimento do

princípio constitucional da isonomia, sendo seu mérito, portanto, indiscutível, pois este benefício já é concedido aos funcionários em atividade, que ao se aposentarem têm seus proventos fixados com estas vantagens.

Apesar do § 1° do Art. 25 da Constituição Estadual arrolar a iniciativa do projeto de lei em questão entre aquelas que são de competência exclusiva do Poder Executivo, é entendimento pacífico já confirmado pela abundância de precedentes, que a sanção governamental sana o eventual vício de origem, não havendo, portanto, sob este aspecto, óbice a antepor.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 201/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, dispõe que o funcionário público estadual inativo que tenha ocupado por período superior a um (01) ano cargo de subdiretor em órgão da administração direta ou indireta do Estado, ficam assegurados na aposentadoria, proventos equivalentes aos atuais cargos de provimento em comissão de símbolo DAS-5, sem prejuízo das vantagens anteriormente adquiridas.

Objeto de exame por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da mesma o necessário Parecer favorável. Vale salientar que a matéria visa atender, segundo o Parecer daquela Comissão, ao princípio constitucional da isonomia.

Em que pese o projeto ferir preceito constitucional, por se tratar de assunto de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, é evidente o seu alcance social, além de estender aos inativos benefício já assegurado aos funcionários em atividade, quando de sua aposentadoria.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei, certo de que a sanção governamental sanará o vício de origem.

Sala das Comissões, em 01.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N° 201/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, visa assegurar ao funcionário público estadual que tenha ocupado cargo de subdiretor em órgão da administração direta ou indireta do Es-

tado, proventos de inatividade equivalentes aos atuais cargos em comissão, símbolo DAS-5.

Por se tratar de assunto pertinente e pessoal, portanto de natureza especificamente estatutária, esta relatoria, antes de se pronunciar sobre o mérito, optou por convertê-lo em diligência junto à Secretaria da Administração para dizer da sua viabilidade.

Em resposta, conforme informação em anexo, da Assessoria Técnica daquela pasta, temos que a proposta apresenta algumas imperfeições de ordem técnica e constitucional que poderiam obstar sua tramitação; principalmente quando esbarra em preceitos estabelecidos pelo art. 140, inciso III, do Estatuto dos Servidores Públicos, assim definido:

Art. 140 - ...

III - "se houver exercido, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses."

Além do exposto, por se tratar de direito referente a funcionários públicos, deveria ser inserido no respectivo estatuto, através de Lei Complementar.

Há, porém, outro aspecto a ser considerado. Tanto a douta Comissão de Constituição e Justiça quanto a Comissão de Finanças, opinaram pela aprovação do projeto, alegando que a sanção governamental, da mesma forma, poderá sanar as falhas técnicas apontadas.

Nestas condições, nosso parecer é pelo prosseguimento do Projeto de Lei n° 201//86.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

BASÍLIO ZANUSSI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PARANÁ D'OESTE, com território desmembrado do Município de Moreira Salles e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. (Publ. no D.A. n° 53, de 15.05.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a sua retirada da Ordem do Dia, por 30 (trinta) sessões. - Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 303/90, por trinta (30) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 323/90, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que concede pensão de dois salários mínimos à Sra. Miriam de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do Sr. Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

EM 2.^a DISCUSSÃO

AO PROJETO DE LEI N° 323/90

Art. 1° - Fica concedida à Sra. MIRIAM DE OLIVEIRA CAMARGO RODRIGUES, viúva do ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina, Sr. Jamidas Antunes Rodrigues, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo Único - O valor de que trata o "caput" deste artigo, será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funcionalismo, nos mesmos percentuais e épocas de vigências.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Apoio: MÁRIO PEREIRA, HOMERO OGUIDO, ARTAGÃO MATTOS LEÃO e PIRAJÁ FERREIRA.

Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 166/89, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de QUATRO PONTES, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/89, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e WERNER WANDERER, que cria o Município de MERCEDES, desmembrado do Município de Mal. Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 120/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que cria o Município de ÂNGULO, desmembrado do Município de Iguaraçu, obedecendo as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 09/90, de autoria do Deputado GERNOTE KI-

RINUS, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. RONAN TITO e de Benemérito do Paraná ao Sr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 75, de 21.06.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 365/89, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 111, de 04.12.89).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 170/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEO, que cria o Município de CANDÓI, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 85, de 18.08.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 47/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de BRASILÂNDIA, com território desmembrado do Município de Alto Piquiri, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. - (Publ. no D.A. n° 16, de 25.03.86).

Relator Deputado Nilton Barbosa. Em votação. Parecer Aprovado.

Projeto Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1883, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1834, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Srs. Deputados Rubens Bueno, Raul Lopes e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1877, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, com apoio do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1852, 1853, 1872, 1876 e 1882, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1845, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1823 e 1844, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1815, 1817, 1818, 1819, 1820 e 1821, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1861, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1835, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1839, 1841, 1848, 1843, 1854, 1856 e 1857, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1940, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1827 e 1825, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1862, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1814, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1863, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1827, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1830, 1831, 1832 e 1833, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1846, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1860, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1878, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1864, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, enquanto Vossa Excelência confabula com o Deputado Erondy Silvério,

gostaria de pedir a palavra, Pela Ordem.

Sr. Presidente, meus companheiros Deputados, gostaria de solicitar da Mesa, fosse registrado nos Anais da Casa as presenças nesta Casa, do Prefeito de Alto Piquiri, Dr. Francisco Ferreira, que vem acompanhado dos Vereadores Dr. Ariovaldo Cavalcanti, Presidente da Câmara, que representa junto com o Vereador Sílvio, o Distrito de Brasilândia do Sul, hoje tendo por esta Casa sido aprovada sua redação final, Vereador Demerval, do Distrito de Ercilândia, Vereador Manoel Cordeiro, do Distrito de Mirante do Piquiri, Vereador Dr. Agenor, Sr. Lídio, Vereador Valter, de Paulistância, Isaías Larce e sua esposa Juraci, que vieram participar desta votação, acompanhar, sem dúvida, a redação final de um projeto de sua autoria, Sr. Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que em 1986 adentrou nesta Casa com o projeto de emancipação do Distrito de Brasilândia.

E, em nome deles e em nosso nome, queremos deixar aqui registrados os nossos agradecimentos, e dizer que o povo de Brasilândia pediu aos seus Vereadores que aqui estão, e a nós, que transmitíssemos, ao Sr. Presidente e aos demais companheiros, que ajudaram e participaram desta votação, os seus sinceros agradecimentos.

E em especial, Sr. Presidente, o nosso agradecimento, como Deputado representante de Alto Piquiri, como Deputado representante de Brasilândia, eu quero deixar aqui o meu agradecimento especial ao Presidente, que inclusive me deu a oportunidade de ser o relator deste Projeto, de Redação Final, momento que, tenho certeza, estão tomados de alegria e de emoção os companheiros que aqui vieram.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, companheiros Parlamentares, pela aprovação desta nossa mensagem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica aos Srs. Deputados que fará um esforço concentrado nos dias 21, 22 e 23 de agosto e nos dias 18, 19 e 20 de setembro, e comunica ainda que fará descontar o jeton dos Deputados.

Mais uma vez; dias 21, 22 e 23 de agosto e dias 18, 19 e 20 de setembro, um esforço concentrado, em que a Mesa descontará dos Deputados faltosos.

As sessões continuarão normalmente. Mas o esforço concentrado será nestes dias que foram fixados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Comunicando que a Bancada do PDT concorda com esta proposição e quer que seja, realmente, cobrada a presença dos Srs. Parlamentares, porque não é possível, a exemplo de hoje, e que estejamos aqui em quinze ou

vinte Parlamentares, preocupados em fazer a Casa continuar andando e os demais, em campanhas eleitorais. O direito tem que ser igual a todos. E, portanto, aqueles que têm responsabilidade, devem comparecer às sessões.

Quero comunicar também que pela Liderança do PDT, nós já encaminhamos à Mesa da Casa, no último dia 31, encaminhamos a relação dos Deputados integrantes das Comissões Internas da Assembléia Legislativa.

Portanto, o PDT já está com seus Deputados indicados, para que as Comissões possam funcionar regularmente.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Só para completar.

Emocionado por ver Brasilândia desmembrada, eu esqueci de constar, para que se registrasse nos Anais da Casa, o nome do grande companheiro Wilson e da primeira Dama do Legislativo de Piquiri, que reside em Brasilândia. Falhou-me, e eu não poderia deixar de registrar o nome dos dois companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

A Mesa designa para Relator o autor do requerimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, honrado com a indicação da Mesa para relator desta importante matéria, já motivo da Constituição do Estado, eu gostaria de comunicar a Vossa Excelência e aos demais Parlamentares de abrir prazo para emendas até dia 12 de agosto para que nesse período de 12 a 20 de agosto, seja possível a apresentação do relatório para a votação no primeiro esforço concentrado neste mês de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa fará distribuir a todos os Srs. Deputados, o Projeto, e receberá as emendas no dia que Vossa Excelência está sugerindo, 12 de agosto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós requeremos à Mesa, Comissão Geral para o projeto encaminhado a esta Casa, não tenho o número de memória agora, que é de autorização para doação da CEASA do Governo Federal para o Governo Estadual.

Como é uma matéria de suma importância ao Paraná e deve ser votada até o dia 24, sob pena de que não se consume o ato, gostaria que Vossa Excelência indicasse o Relator para estas matérias e que nós votássemos no menor prazo possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está indicado para Relator.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, retificando, para o dia 13 de agosto, segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito, 13 de agosto.

A Mesa mais uma vez informa que os jectons serão descontados no esforço concentrado, inclusive a Mesa também será punida se não comparecer à Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/90 e dos Projetos de Resolução n°s 69/89 e 81/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 122, 154, 155, 157, 307, 309, 318 e 379/90, e do Projeto de Resolução n° 13/90.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 215/90

aposentar os termos dos artigos 132 e parágrafos; 138, inciso II; 140, incisos I e III; 170 e parágrafo único; 171, e parágrafos, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970; parágrafo 1°, do Art. 1° da Lei n° 8936, de 27 de março de 1989; Art. 11, da Resolução n° 52/89, de 21 de novembro

de 1989, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula n° 512, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos da verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 2°, da Resolução n° 27/89, de 26 de junho de 1989; e trinta por cento (30%) referente a seis (06) adicionais incorporados.

(Prot. n° 3732).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 13 de julho de 1990.

DECRETO LEGISLATIVO N° 225/90

aposentar, nos termos dos artigos 138, inciso II; 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970; e, artigo 172, inciso III; da mesma Lei n° 6.174, com nova redação dada pela Lei n° 6794, de 08 de junho de 1976, ALCEU RAMOS, matrícula n° 363, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"- NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-5, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais, incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protocolo n° 4869).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em
1° de Agosto de 1990.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário.